



GOVERNMENT GAZETTE

BOLETIM OFICIAL

All correspondence referring to announcements and subscription of Government Gazette must be addressed to its administration office. Literary publications will be advertised free of charge provided two copies are offered.

SUBSCRIPTION RATES — ASSINATURA			
	YEARLY (Anual)	HALF-YEARLY (Semestral)	QUARTERLY (Trimestral)
All 3 series (As 3 series)	Rs. 40/-	Rs. 24/-	Rs. 18/-
I Series	Rs. 20/-	Rs. 12/-	Rs. 9/-
II Series	Rs. 16/-	Rs. 10/-	Rs. 8/-
III Series	Rs. 20/-	Rs. 12/-	Rs. 9/-

Toda a correspondência relativa a anúncios e à assinatura do *Boletim Oficial* deve ser dirigida à Administração da Imprensa Nacional. As publicações literárias de que se receberem dois exemplares anunciam-se gratuitamente.

Postage is to be added when delivered by mail — Acresce o porte quando remetido pelo correio

(Tradução)

MILITARY GOVERNMENT GOA, DAMAN AND DIU

Proclamation

XXVI

N.º CA/IE/1-981/62/4128

Notwithstanding anything contained in any Decree, notification, rule, etc., it is hereby directed that all goods imported into Goa, Daman and Diu from abroad by freight or post shall require a valid import licence.

These orders shall have immediate effect.

Military Government, Goa, 11th April, 1962.

THE MILITARY GOVERNOR,

K. P. Candeth,
Major General

ORDER

Sanction is hereby accorded to the Rules of the Goa Education Society, with its head-office at Panjim, which have seventeen numbers, and are signed by the Director of Civil Administration.

By order and in the name of the Military Governor.

D. H. Deshmukh
Chief Civil Administrator

Panjim, 19th April, 1962.

Rules of the «Goa Education Society»

1. The name of the society is Goa Education Society.
2. The offices of the Society shall be at Panjim, Goa.
3. The objects for which the Society is established are:

(A) To promote the spread of education at all levels (Preprimary, primary, secondary, University,

GOVERNO MILITAR DE GOA, DAMÃO E DIO

Proclamação

XXVI

N.º CA/IE/1-981/62/4128

Determina-se que, sem embargo do disposto em qualquer decreto, portaria, regulamento, etc., a importação para Goa, Damão e Dio de quaisquer mercadorias do estrangeiro mediante frete ou pelo correio ficará sujeita a respectiva licença válida de importação.

Esta ordem entra imediatamente em vigor.

Governo Militar, em Goa, 11 de Abril de 1962.

O GOVERNADOR MILITAR,

as) *K. P. Candeth*
Major-General

Portaria

São aprovados os Estatutos da Sociedade Goesa de Instrução, com sede em Pangim, que têm dezasseis artigos e baixam assinados pelo director dos Serviços de Administração Civil.

Por ordem e em nome do Governador Militar.

D. H. Deshmukh
Administrador Civil, Chefe

Pangim, 19 de Abril de 1962.

Estatutos da «Sociedade Goesa de Instrução»

- 1.º A sociedade adopta o nome de «Sociedade Goesa de Instrução» ou seja «The Goa Education Society».
- 2.º A sua sede será em Pangim, Goa.
- 3.º Os objectivos da sociedade são:

A) Promover a difusão da instrução em todos os graus (Pre-primário, primário, secundário, universi-

adult, etc.) and of all types (viz. liberal, technical, vocational, etc.),

(i) By sponsoring, establishing, maintaining, managing or aiding educational institutions in the territory of Goa.

(ii) By sponsoring, establishing, maintaining, managing, or aiding hostels and residential buildings for the benefit of Goan students within and outside the territory of Goa; and residential building within, for the benefit of the employees of the Society.

(B) To carry on any other activity incidental to the attainment of the objects mentioned in (A) above.

4. Definitions: In these Rules,

(a) The «Society» means Goa Education Society,

(b) The «Governing Body» means the Committee elected by the Society as per Rule 6 below.

(c) The «General Council» means the General Body of the members of the Society.

(d) The «Secretary» means the Secretary of the Governing Body of the Society.

5. Membership:

(a) Membership of the Society is open to all irrespective of caste, creed or religion.

(b) Classes: There shall be the following six classes of members:

(i) Patrons: Those who pay Rs. 25.000/- or above in one lump sum or by instalments within a period of 5 years.

(ii) Benefactors: Those who pay Rs. 10.000/- or above in one lump sum or by instalments within a period of 5 years.

(iii) Life members: Those who pay Rs. 1.000/- or above in one lump sum or by instalments within a period of 5 years.

(iv) Sympathisers: Those who pay Rs. 250/- or above in one lump sum or by instalments within a period of 5 years.

(v) Honorary patrons and Honorary members are those elected by the General Council of the Society on the recommendation of the Governing Body of the Society from among persons of distinction or eminence or persons who have tendered valuable service to the society.

(c) Admission: Patrons, benefactors, life members and sympathisers must apply in writing on a prescribed form together with full or part of their respective prescribed contribution for being admitted to membership of the Society. Further they must agree to abide by the memorandum of Association and the rules of the Society. They shall be deemed to be members of the Society with effect from the date of their application, on their applications being approved by the Governing Body. Heads of Institutions of higher learning, and of colleges run by the Society shall, as a condition of appointment to their respective post, become at least sympathiser members of the Society.

(d) Rights of Members: Only the Patrons, Benefactors, Life members and sympathisers shall have the right to vote and participate in the meetings and management, etc. of the Society. Hon. Patrons and Hon. Members may attend the meetings of the Society as observers and participate in their deliberations but shall not have the right of vote or any other right.

tário, adulto, etc.) e de todos os tipos (liberal, técnico, vocacional, etc.)

(i) Orientando, estabelecendo, mantendo, administrando ou auxiliando as instituições de instrução no território de Goa.

(ii) Orientando, estabelecendo, mantendo, administrando ou auxiliando a construção de residências e dormitórios em benefício dos estudantes goeses dentro e fora do território de Goa e também residência em benefício dos empregados da sociedade.

B) Exercer qualquer outra actividade incidental para alcançar os objectivos mencionados na acima referida alínea A).

4.º Definições a considerar nos presentes estatutos:

a) A sociedade quer dizer «The Goa Education Society».

b) A direcção (Governing Body) quer dizer a comissão eleita pela sociedade nos termos da regra 6 que segue.

c) A assembleia geral (General Council) significa a assembleia constituída dos membros da sociedade.

d) O secretário significa o secretário da Direcção.

5.º Sócios:

a) Pode ser sócio desta sociedade todo e qualquer indivíduo sem distinção de castas, credos ou religião.

b) Classes: Haverá as seguintes seis classes de sócios:

(i) Patronos: Os que pagarem em uma ou mais prestações dentro de cinco anos a quantia de 25.000 rupias ou mais.

(ii) Benfeitores: Os que pagarem em uma ou mais prestações dentro de cinco anos a quantia de 10.000 rupias ou mais.

(iii) Vitalícios: Os que pagarem em uma ou mais prestações dentro de cinco anos a quantia de 1.000 rupias ou mais.

(iv) Simpatizantes: Os que pagarem em uma ou mais prestações dentro de cinco anos a quantia de 250 rupias.

(v) Patronos honorários e sócios honorários são os que são eleitos pela assembleia geral dos sócios dentre as pessoas de distinção ou eminência ou pessoas que tenham prestado importantes serviços à sociedade.

c) Admissão: Os patronos, os benfeitores, os sócios vitalícios e os simpatizantes deverão requerer por escrito num impresso adequado, juntamente com o pagamento da totalidade ou parte da contribuição prescrita para ser admitido como sócio desta sociedade. Deverão eles também concordar em sujeitar-se aos estatutos da sociedade (memorandum of Association) e às correspondentes regras. Considerar-se-á que eles são sócios da sociedade a contar da data do seu requerimento, caso os seus pedidos venham a ser aprovados pela direcção. Os directores das instituições dos altos estudos e dos colégios mantidos por esta sociedade, como uma das condições da sua nomeação, terão de ser pelo menos sócios simpatizantes da sociedade.

d) Direitos dos sócios: Só os patronos, os benfeitores e os sócios vitalícios e simpatizantes terão o direito ao voto e poderão tomar parte nas reuniões para administração, etc. da sociedade. Os patronos honorários e os sócios honorários poderão assistir às ditas reuniões e tomar parte nas discussões mas não terão o direito de voto, nem qualquer outro direito.

(e) Termination: Membership of any contributing member, may for good or sufficient cause be terminated by the General Council on the recommendation of the Governing Body of the Society. Membership of a contributing member shall be deemed to have been terminated, unless otherwise decided by the Governing Body, by non-payment of the prescribed contribution within the time prescribed in (b) of this rule.

6. The Society shall have a Governing Body in which shall vest, except where otherwise specified, all the powers of representation, management and administration, including management of properties and funds of the Society. These powers shall be exercised by the Governing Body on behalf of the Society. The Governing Body is authorised to delegate all or any of these powers to the Secretary or any other member or members of the Body.

The Governing Body shall consist of 11 members elected by the General Council for a period of three years in a meeting held for this purpose. In addition, the Heads of colleges and other institutions of higher learning of the University status shall be its ex-officio members. It shall have a President, a Vice-President, a Secretary and a Treasurer chosen from amongst the 11 elected members.

Any vacancies in the Governing Body may be filled by the same by co-option. Such coopted members shall hold office during the term of office of the Governing Body.

In electing or co-opting members to the Governing Body due representation shall be given to the Heads of other institutions managed by the Society.

Until a Governing Body is formed under this Rule, the Committee appointed by the Promoters of the Society in their Meeting of the 30th January, 1962 shall constitute its first Governing Body.

7. The Governing Body, on behalf of the Society is empowered:

(a) To purchase, take on lease, or otherwise acquire any land or building or moveable property which may be necessary for the Society or its institutions.

(b) To undertake and accept the management of any endowment or Trust, or institution having objects similar to the objects of the Society.

(c) To invest funds or moneys entrusted to or owned by the Society in such securities and properties or in such manner as from time to time the Governing Body may determine.

(d) To open and operate in the name and on behalf of the Society account or accounts in banks, Government Credit Institutions or in the Post Offices.

(e) To draw, accept, sign, make or endorse, discount and loan for security or deposit Government and other promissory notes, bills of exchange, cheques, drafts, dividend warrants, receipts, bonds, shares, debentures, certificates or other securities and negotiable instruments.

(f) To borrow moneys on the security of the properties or other assets owned by the Society on such conditions and for such period as the Governing Body might think fit.

(g) To establish Provident Fund and Welfare Funds for the benefit of the employees of the Society or its institutions.

e) Eliminação: Qualquer sócio que tenha pago ou esteja pagando as suas quotas pode ser eliminado da lista dos sócios, caso a assembleia geral, sob proposta da direcção, entenda que se verifica causa justa e suficiente para tanto. Também poderá ser eliminado o sócio que deixar de pagar as suas quotas dentro do prazo prescrito nestes estatutos, excepto se a direcção resolver o contrário atentas as condições do caso.

6.º A sociedade terá a direcção a quem se conferirá todos os poderes de representação, controle e administração, inclusive os poderes da administração das propriedades e fundos da sociedade, excepção feita dos poderes de que tenha ficado privado. Esses poderes serão exercidos pela direcção em representação da sociedade. A direcção poderá delegar todos ou parte destes poderes no secretário ou em qualquer outro membro da direcção.

A direcção consistirá de 11 membros eleitos pela assembleia geral, por 3 anos, na reunião convocada para esse efeito. Os directores dos colégios e outras instituições de altos estudos universitários serão membros ex-officio da direcção. A direcção terá um presidente, um vice-presidente, um secretário e um tesoureiro escolhidos dentre os 11 membros eleitos.

Quaisquer vagas que se derem na direcção poderão ser preenchidas por co-opção. Membros assim co-optados exercerão o seu cargo durante o período do exercício da direcção.

Na eleição e na co-opção dos membros para a direcção, dever-se-á dar adequada representação aos directores das instituições administradas pela sociedade.

Até a eleição da direcção nos termos do presente artigo, ela será composta dos membros da comissão escolhida na assembleia dos promotores na sua reunião de 30 de Janeiro de 1962.

7.º A direcção, em representação da sociedade, terá os seguintes poderes:

a) Comprar, tomar em arrendamento, ou de qualquer outra forma adquirir terreno, propriedade urbana ou propriedade mobiliária que seja necessária para a sociedade ou para as suas instituições;

b) Fazer e aceitar a administração de qualquer doação, fundação (Trust) ou instituição que tenha objectivo similar ao da sociedade;

c) Empregar os fundos e dinheiros confiados a, ou, pertencentes à sociedade, em papéis de crédito ou propriedades ou de qualquer outra maneira conforme a indicação da direcção feita oportunamente;

d) Abrir e movimentar em nome e por conta da sociedade conta ou contas nos bancos, instituições de crédito de Governo, ou nas Caixas Económicas Postais (Post Offices);

e) Emitir, aceitar, assinar, fazer ou endossar, descontar, emprestar sob garantia, ou depositar as notas promissórias do Governo ou dos particulares, títulos de desconto (bills of exchange), cheques, ordens de pagamento (drafts), recibos dos dividendos, recibos, acções com privilégio (bonds), acções, títulos da dívida (debentures), certificados ou outros títulos de garantia e instrumentos negociáveis (negotiable instruments);

f) Receber em mútuo, dinheiros sob a garantia das propriedades e outros bens da sociedade sob as condições e pelo período que a direcção achar conveniente;

g) Estabelecer o fundo de previdência (Provident Fund) e os fundos de beneficência (Welfare Funds) em benefício dos empregados da sociedade e das suas instituições;

(h) To constitute local and special committees consisting of members and non-members for the purposes of supervision of its institutions, liaison etc. or for some other purpose and nominate members and specify powers thereof.

8. Members of the Governing Body can be removed from their offices, before the expiry of their term by a resolution of the General Council which shall be passed by at least two-third of the total members of Society, if they are found guilty of gross misconduct or negligence.

9. The Secretary, may, by a Resolution passed by the General Council on the recommendation of the Governing Body, be paid a salary or honorarium, which shall be fixed by the General Council from time to time.

10. The funds of the Society shall consist of the following:

(a) Grants made by the Government or Government Departments or Bodies.

(b) Grants, donations, contributions, subscriptions from members and other resources and/or (c) income, receipts, profits revenue or surpluses arising out of the activities and/or investments of the Society or arising out of the any other source.

11. The accounts of the Society shall be audited annually by a Chartered Accountant appointed for that purpose in the Annual General Meeting of the Society.

12. Annual General Meeting: The Annual General Meeting of the Society shall be held on such date and at such time and place as may be determined by the Governing Body. At such Annual General Meetings, the Governing Body shall submit the Annual Report and the audited accounts of the Society. The same shall thereafter be adopted and passed by the General Council with such variations as the General Council may deem proper. The Annual General Meeting shall also consider and approve, with or without modifications, the Budget Estimate for the next working year of the Society presented to it by the Governing Body.

13. Extra-Ordinary General Meeting: of the Society may be convened by the Governing Body of its own accord or on the requisition of not less than one sixth of the total contributing members of the Society. Such a requisition should specify the Agenda to be considered. On the receipt of such requisition, the Secretary shall cause a meeting to be convened within 21 days of the date of receipt by him of the requisition. If no such meeting is convened by the Secretary the requisitionists may cause such a meeting to be held 10 days after the date of submission by them of the above requisition to the Secretary.

14. The Secretary shall convene the meeting of the General Council at least once in a year and that of the Governing Body at least once in every two months. For calling such meetings the Secretary shall give at least seven days notice. The Members of the Governing Body residing outside Panjim shall be paid Travelling and Halting Allowances at the rates prescribed by the General Council from time to time, for attending the meetings of the Governing Body.

15. One fourth of the members of the Society, and one third members of the Governing Body, shall respectively constitute the quorum, provided that if a meeting is adjourned for want of quorum, no quorum will be required for a subsequent meeting called to consider the same agenda.

k) Constituir comissões locais e especiais dos seus membros e não-membros para os fins da supervisão das suas instituições, para os fins de contacto etc. ou para qualquer outro fim indicando os nomes dos seus membros e especificando os seus poderes.

8.º Se se apurar que qualquer membro da direcção é culpado de negligência ou da conduta causadora de grave lesão à sociedade, ele poderá ser removido do seu cargo, ainda antes de findar o período do exercício, se a assembleia geral assim o deliberar por maioria de mais de dois terços do número total dos sócios da sociedade.

9.º Sob recomendação da direcção, a assembleia geral poderá fixar uma remuneração ao secretário a qual poderá ser revista de vez em quando.

10.º Os fundos da sociedade consistirão do seguinte:

a) Donativos feitos pelo Governo e suas instituições;

b) Donativos, doações, contribuições, subscrições dos sócios e de outras fontes;

c) Rendimento, receita, lucros, receita extraordinária que provenha das actividades, e, ou, dos investimentos da sociedade ou provenientes de qualquer outra fonte.

11.º As contas da sociedade serão examinadas anualmente por um contabilista diplomado (Chartered Accountant) nomeado para este fim na reunião anual da assembleia geral da sociedade.

12.º Reunião da assembleia geral: A reunião da assembleia geral anual terá lugar na data, à hora e no local que seja indicado pela direcção. Nesta reunião anual a direcção apresentará o seu relatório anual e as contas da sociedade já devidamente examinadas. Em seguida, esse relatório será aceite e aprovado pela assembleia geral com as modificações que ela entender convenientes. A mesma assembleia anual examinará e aprovará com ou sem modificações o orçamento para o ano imediato que lhe terá também de ser apresentado pela direcção.

13.º A assembleia geral extraordinária da sociedade poderá ser convocada pela direcção por sua própria iniciativa ou a pedido de não menos de um sexto dos sócios da sociedade que paguem as suas quotas. Nesta convocação dever-se-á especificar a agenda a ser considerada. Após a recepção do pedido de convocação, o secretário fará convocar a assembleia dentro de 21 dias a contar da recepção do dito pedido. Caso o secretário não faça a convocação da assembleia geral pedida, os sócios que tiverem pedido a sua convocação, nos dez dias que seguirem ao seu pedido, poderão fazer a aludida convocação.

14.º O secretário convocará com sete dias de antecedência a reunião da assembleia geral pelo menos uma vez em cada ano, fazendo convocar a direcção pelo menos uma vez em cada dois meses, com sete dias de antecedência. Os membros da direcção residentes fora de Pangim terão direito a subsídio de viagem e estadia (Travelling and Halting Allowances) para assistir às reuniões da direcção conforme as deliberações da assembleia geral tomadas oportunamente.

15.º O quorum será de um quarto dos membros da assembleia, e um terço dos membros da direcção. Se uma reunião tiver de ser adiada por falta de quorum, na reunião subsequente, para tratar dos mesmos assuntos, não será necessário nenhum quorum.

16. The General Council of the Society shall have powers to frame, amend, alter, or repeal or any other manner, modify or revise these Rules of the Society if such change is likely to further the objects of the Society.

17. If on the winding up of the Society or its dissolution, there shall remain after satisfying all the liabilities, any assets whatsoever, the same shall consistently with the objects of the Society be transferred to some other institution, properly incorporated according to the law in force in India and having its objects similar or closely similar to the objects of the Society.

Directorate of Civil Administration, Goa, 19th April, 1962.—The Director in charge, *Sripada Ananta Sinai Narcornim*.

ORDER

The following amendment is made to Article 30 of Act No. 4861 dated the 24th March, 1949:

After the words «respective departments» shall be added the words «except that such record books and other documents may be allowed to be taken out, with the prior permission of the President, for taking photostatic copies».

D. H. Deshmukh
Chief Civil Administrator

Panjim, 23rd April, 1962.

ORDER

1. Whereas according to article 45, item III of the «Tabela do Imposto do Selo», annexed to the «Regulamento do Imposto do Selo» approved by Diploma Legislativo n.º 1738 of 19th September, 1957, telegraphic transfers are liable to stamp duty at the rate of 4 per cent *ad valorem*;

2. And whereas it is considered necessary to waive the stamp duty chargeable on telegraphic transfers;

3. Now, therefore, in exercise of the powers conferred on me by paragraphs 2 and 3 of the Goa, Daman and Diu Administration (Removal of Difficulties) Order, 1962, I hereby repeal, with immediate effect, the item III of article 45 of the «Tabela do Imposto do Selo» annexed to the «Regulamento do Imposto do Selo» approved by Diploma Legislativo n.º 1738 of 19th September, 1957.

Military Government, Goa, 24th April, 1962.

THE MILITARY GOVERNOR,
K. P. Candeth,
Major General

16.º A assembleia geral da sociedade terá os poderes para formular, corrigir, alterar, revogar ou de qualquer maneira modificar ou rever estes estatutos da sociedade, caso tal mudança seja útil para a consecução dos objectivos da sociedade.

17.º Se aquando da extinção ou dissolução desta sociedade, satisfeitas as suas responsabilidades, ainda sobejar quaisquer bens, os mesmos serão transferidos para qualquer outra instituição, devidamente registada, segundo a lei em vigor na Índia que tenha objectivos similares ou quase similares aos desta sociedade.

Direcção dos Serviços de Administração Civil, em Goa, 19 de Abril de 1962.—O Director, interino, *Sripada Ananta Sinai Narcornim*.

Portaria

É feito o seguinte aditamento ao artigo 30.º da Portaria n.º 4861, de 24 de Março de 1949:

Depois das palavras «respectivas secções» são acrescentadas as palavras «mas tais livros de escrituração e demais documentos poderão sair com prévia permissão do presidente para efeitos de fotocópias».

D. H. Deshmukh
Administrador Civil, Chefe

Pangim, 23 de Abril de 1962.

«ORDER»

1. Considerando que, nos termos do n.º III do artigo 45.º da Tabela do Imposto do Selo, anexa ao Regulamento do Imposto do Selo, aprovado pelo Diploma Legislativo n.º 1738, de 19 de Setembro de 1957, as ordens de pagamento telegráficas estão sujeitas ao imposto do selo a razão de 4 por cento *ad valorem*;

2. Sendo necessário eliminar o imposto do selo pagável em ordens de pagamento telegráficas;

3. No uso das faculdades que me são conferidas pelos §§ 2.º e 3.º de «The Goa, Daman and Diu Administration (Removal of Difficulties) Order, 1962», revogo, com efeito imediato, o n.º III do artigo 45.º da Tabela do Imposto do Selo anexa ao Regulamento do Imposto do Selo, aprovado pelo Diploma Legislativo n.º 1738, de 19 de Setembro de 1957.

Governo Militar, em Goa, 24 de Abril de 1962.

O GOVERNADOR MILITAR,
as) *K. P. Candeth*
Major-General